



EPEPE
V ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

Eixo Temático 4 – Formação de Professores e Práticas Pedagógicas

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A REFORMA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2008-2012).

Érica Santana/UFPE

RESUMO:

O artigo tem por objetivo a reforma curricular discutida a partir de uma síntese integrativa. Analisa, em especial, os momentos que têm sido focalizados pelas pesquisas voltadas às reformas das licenciaturas. Para tanto, foi levantada e analisada a produção acadêmica, entre os anos de 2008 a 2012, junto a dois importantes bancos de dados: 03 artigos científicos, acessados por meio do Banco de Dados da CAPES; 13 dissertações e 04 teses, disponíveis no BDTD/IBICT¹. Os resultados mostram que o interesse pelo tema ainda é pouco expressivo. As pesquisas recentes sobre reforma curricular têm focado os seguintes momentos específicos: análise de legislação e de implicações das políticas educacionais; estudos de processos de construção de currículo; e análise de implantação de currículo e de impactos da reforma curricular. A implementação de reformas curriculares tem apresentado desafios a serem enfrentados pelos envolvidos e requerido a construção de uma nova identidade do docente formador.

PALAVRAS-CHAVE: reforma curricular; formação de professores; educação superior; estado do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pesquisas do tipo “estado do conhecimento” são relevantes para uma melhor compreensão sobre a amplitude, as vertentes teórico-metodológicas adotadas e os resultados alcançados em estudos anteriores. O mapeamento da produção nos permite, além de identificar as tendências do campo, analisar e categorizar as produções para verificar facetas de investigação do fenômeno, possíveis lacunas, restrições e contradições. (ROMANOWSKI e ENS, 2006).

¹ Banco de Dados de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Com o aumento da produção científica no campo da educação, tem sido cada vez mais frequente o mapeamento de subáreas do conhecimento, a fim de investigar temas específicos com maior profundidade. É o que pretendemos com este artigo, que é resultado de uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento” acerca da reforma curricular de cursos de formação de professores oferecidos na Educação Superior. A análise das produções foi norteada pelos seguintes questionamentos: existe uma produção sobre a reforma curricular de cursos de formação de professores oferecidos na Educação Superior? Se sim, que informações relevantes ela apresenta? Mediante quais tendências teórico-metodológicas se tem produzido? Quais resultados se têm alcançado? O objetivo deste artigo consiste, portanto, em apresentar e discutir a produção científica recente acerca da temática da reforma curricular em cursos de licenciatura da Educação Superior.

Após o surgimento das novas políticas de formação de professores, as quais tiveram, num tempo recente, como marco relevante a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), observa-se um significativo crescimento no número de reformas curriculares em cursos de licenciatura, de graduação plena. O aumento no interesse pela formação de professores aconteceu em consequência da preocupação com os resultados apresentados por alunos da educação básica, submetidos à avaliação internacional, realizada ainda na década de 1980.

Naquele contexto, estudos foram realizados em diversos países no intuito de compreender as razões que levavam ao baixo rendimento de alunos. Uma das conclusões, por exemplo – apontada por uma comissão formada por representantes de universidades nos Estados Unidos –, referia-se à afirmação de que os resultados dos alunos se davam em decorrência da qualidade da formação de professores. Essa conclusão controversa apresentou uma dupla consequência: por um lado, ao lançar luz sobre o professor, criou um ambiente de interesse social por esse profissional e pela qualidade de sua formação, suscitando a necessidade da urgente definição de uma política pública que contemplasse o desafio de formar bons professores. Por outro lado, quando atribuiu ao professor o papel de promover a qualidade da educação, terminou por imputar a esse profissional toda a responsabilidade pelos insucessos da política educacional.

A raiz do problema parecia, então, ter sido encontrada. Diante da explicitação a respeito da urgente necessidade de melhoria na qualidade da formação de professores, governos de muitos países, inclusive o Brasil, abraçaram, a partir da década de 1990, a ideia de instituir novas diretrizes para a educação, as quais possuíam forte vinculação com as reformas do Estado. Sobre isso, Pereira (1999) lembra que o contexto das reformas

educacionais no Brasil, em que se insere a política atual de formação de professores, foi marcado por uma atmosfera hegemônica de políticas neoliberais impostas por meio de agências, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que buscaram promover a reforma do Estado, minimizando o seu papel, a fim de que as regras do mercado fossem predominantes em todos os setores da sociedade, incluindo a Educação. Tal conjuntura de nova orientação política e educacional alicerçou as reformas educacionais no Brasil. O processo de aceleração de tais reformas despertou o interesse da academia e, conseqüentemente, diversos estudos foram realizados a respeito desse fenômeno.

Como ponto de partida para o diálogo com as produções que tratam da reforma curricular, debruçamo-nos sobre três estudos anteriores (André *et al*, 1999; André, 2009 e 2010), os quais, conjuntamente, abrangeram o período de 1990 a 2007 e trataram do estado do conhecimento a respeito da formação de professores em produções científicas. Tais estudos destacam o aumento na quantidade de pesquisas sobre inovações - como as que ocorrem com a incorporação pelos currículos dos temas transversais -, tomadas como conteúdos emergentes em se tratando de formação inicial.

Ainda em relação às temáticas, André (2009) apresenta que as políticas de formação emergiram no início dos anos 2000 como objeto de estudo dentro do campo da formação de professores, abordando, dentre outros aspectos, as reformas educacionais e as diretrizes de órgãos oficiais para a formação de professores. Constatou também que o estudo das licenciaturas continuava presente na maioria das pesquisas sobre formação inicial, categoria em que os currículos dos cursos e os projetos pedagógicos foram bastante focalizados.

A respeito da importância desse tipo de estudo, ao constatar uma significativa diminuição no número de investigações que tratassem desse nível de formação, André (2009) ressaltou que ainda carecemos de conhecimentos sobre as estratégias para formar professores, sobre a organização curricular e sobre as formas de gestão que propiciem uma formação de qualidade. Nesse mesmo sentido, André (2010) alertou para a necessidade de se pesquisar sobre a formação inicial, ação que configuraria a retomada de uma abordagem quase esquecida.

Após esse contato com as produções citadas, passamos a constituir nosso *corpus* de investigação, realizando um recorte temporal, de 2008 a 2012, no intuito de atualizar os estudos anteriores. Revisitamos algumas das fontes que foram consultadas por André *et al* (1999), quais sejam: dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em

educação do país, disponibilizadas no site do BDTD/IBICT; e artigos publicados em 10 periódicos da área², consultados a partir do site da CAPES.

Realizamos a busca por dissertações e teses por meio do descritor “reforma curricular” – digitado no campo da “procura básica”, no site do IBICT. Das 136 produções defendidas entre 2008 e 2012, identificamos que 28 (20,59%) abordaram especificamente a reforma curricular na Educação Superior e, dessas, apenas 17 (12,5%) trataram da reforma nas licenciaturas. O procedimento de busca dos artigos se deu a partir dos sumários de todas as edições das 10 revistas selecionadas, publicadas no período de 2008 a 2012. A partir da leitura dos títulos e, quando necessário, dos resumos de cada produção, identificamos que apenas 03 artigos - publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - referiram-se à reforma curricular.

Retivemos, então, para um estudo mais detalhado, um total de 20 produções: 13 dissertações, 04 teses e 03 artigos científicos. Para a análise de conteúdo, levamos em consideração os seguintes aspectos: objetivos dos estudos; referenciais teóricos; campos da pesquisa; sujeitos de investigação; procedimentos de coleta e de análise; e resultados alcançados. Abordaremos, a seguir, uma síntese de nossa investigação, que pretendeu sistematizar os momentos em que a reforma curricular tem sido analisada quando se trata de formação de professores na Educação Superior.

1. O QUE REVELAM AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ANALISADAS?

Ao realizar o levantamento inicial das produções, pudemos perceber que ainda são em pequeno número as pesquisas que têm se dedicado ao estudo das reformas curriculares. Verificamos que os estudos se concentram na Educação Básica – principalmente no Ensino Médio –, e aparecem mais timidamente quando se trata da Educação Superior. Identificamos ainda um silenciamento em relação às reformas na Educação Especial e na Educação do Campo.

Verificamos que a maioria das produções se concentra nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: 10 (50%) na região Sul e 07 (35%) na região Sudeste. Essa concentração de pesquisas no Sul pode ser justificada pelo fato de que foi nessa região que surgiram, nos anos 2000, os

² Os 10 periódicos analisados foram selecionados com base nos critérios de expressividade e acessibilidade, levando em consideração a importância da instituição divulgadora e sua circulação nacional. Foram eles: *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* do INEP/MEC; *Tecnologia Educacional* da UFRJ; *Educação e Pesquisa* da Faculdade de Educação da USP; *Teoria e Educação*; *Cadernos Cedes*; *Educação & Sociedade* editada pelo CEDES; *Educação e Realidade* da Faculdade de Educação da UFRGS; *Em Aberto* do MEC; e *Revista Brasileira de Educação* da ANPED.

primeiros esforços no sentido de reunir, numa articulação, pesquisadores/as cujos objetos integram a Educação Superior, em particular a figura do professor da Educação Superior. Tais esforços serviram para fomentar a ideia da criação da Rede Sulbrasileira de Investigadores de Educação Superior (RIES), em junho de 2001 (MOROSINI, 2007). Nesse sentido, observamos que, das 20 produções analisadas, 12 abordaram a importância do papel do professor formador no processo de reforma curricular. Nesse levantamento, identificamos ainda que apenas 02 (10%) pesquisas foram elaboradas na Região Nordeste e nenhuma na Região Norte. Essa constatação evidencia a carência de estudos sobre o tema em universidades do Norte-Nordeste.

Em relação às 17 dissertações e teses, 13 (76,47%) pesquisas foram elaboradas em programas de pós-graduação em Educação e 04 (23,53%) foram produzidas em outros programas de pós-graduação: Educação Física (02 dissertações); Letras (01 dissertação) e Química (01 tese). Conforme informamos anteriormente, todos os 03 artigos científicos selecionados foram publicados em periódicos da área da Educação.

Ao realizarmos a leitura cuidadosa das produções, levando em consideração os aspectos abordados nos textos, chegamos a três categorias temáticas (Análise de legislação e de implicações das políticas educacionais, Estudo de processos de construção de currículo e Análise de implantação de currículo e de impactos da reforma curricular), as quais serviram de base para a sistematização do material já produzido a respeito das reformas nas licenciaturas. A seguir, apresentaremos um detalhamento sobre o que foi tratado em cada uma dessas categorias:

✓ **Categoria 01 – Análise de legislação e de implicações das políticas educacionais:** agrupamos sob esta categoria as produções cujos objetivos estiveram relacionados à reflexão a respeito das políticas públicas educacionais para a formação de professores. Os estudos analisaram os discursos e as concepções implícitos na legislação, bem como as implicações das novas determinações legais para a formação docente;

✓ **Categoria 02 – Estudos de processos de construção de currículo:** congregamos nesta categoria as produções que trataram do processo de elaboração de projetos pedagógicos. Os estudos se voltaram a uma análise da forma como a legislação é incorporada e ressignificada pelas instituições e os fatores que influenciam o processo de reformulação. Algumas produções examinaram as condições sociais de construção de currículos, levando em consideração a participação dos professores. Nessa categoria, estão presentes, também, produções que estudaram o processo de criação de um componente curricular específico;

✓ **Categoria 03 – Análise de implantação de currículo e de impactos da reforma curricular:** nesta categoria, estão presentes os estudos que abordaram, principalmente, as estratégias utilizadas pelos professores no enfrentamento de novas demandas surgidas após as reformas curriculares. Alguns estudos apresentaram as repercussões das reformas para professores e alunos; outros, analisaram as mudanças ocorridas nos cursos após a implantação de determinado componente curricular. Nessa categoria, ainda, estão presentes pesquisas que realizaram comparações entre currículos antes e depois da reforma, analisando as contribuições da nova organização curricular para o desenvolvimento profissional.

Após a leitura dos artigos e dos resumos das dissertações e teses, agrupamos as produções nas 03 categorias temáticas elaboradas, conforme pode ser observado na Tabela 01, a seguir:

TABELA 01: Categorização das produções científicas encontradas³

CATEGORIAS DEFINIDAS	PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
Categoria 01: Análise de legislação e de implicações das políticas educacionais	05
Categoria 02: Estudo de processos de construção de currículo	10
Categoria 03: Análise de implantação de currículo e de impactos da reforma curricular	10

Após categorizarmos as produções, procedemos a uma análise mais detalhada acerca dos objetivos, das abordagens teórico-metodológicas e dos resultados, conforme descrito a seguir.

1.1. Os Objetivos

As produções analisadas apresentaram enfoques bastante diversificados, mas que guardaram muitas aproximações quando verificados os objetivos pretendidos dentro de cada categoria. Em relação aos estudos agrupados na Categoria 01, percebemos que, de modo

³ Ressaltamos que a soma dos trabalhos por categoria será maior do que o total de produções analisadas pelo fato de alguns trabalhos estarem relacionados a mais de uma categoria.

geral, a finalidade das pesquisas consistiu em refletir a respeito das políticas públicas educacionais relacionadas à formação de professores. Alguns trabalhos buscaram analisar os discursos implícitos aos órgãos oficiais da educação e em que medida a formação de professores tem vinculações com políticas nacionais e internacionais destinadas à educação em geral e à formação docente em específico. Buscou-se compreender, portanto, a lógica que permeia os documentos legais normativos para a formação de professores.

Dentre os objetivos apresentados nas pesquisas relacionadas à Categoria 02, destacamos os seguintes: compreender os princípios que norteiam a formação inicial de cursos de formação de professores nas instituições de ensino superior, verificando as relações entre o que está estabelecido nas diretrizes e o que está proposto no currículo; analisar as concepções presentes em projetos pedagógicos de instituições de ensino superior a respeito de componentes curriculares específicos (a LIBRAS e o ensino de línguas, por exemplo); compreender como as políticas curriculares vêm se corporificando no processo de reformulação curricular para formação de professores, ou seja, identificar como as instituições recebem e ressignificam tais políticas; e investigar as condições sociais de produção do processo de reestruturação de cursos de formação de professores e os principais fatores responsáveis por mudanças no currículo.

No que se refere às produções científicas agrupadas na Categoria 03, ressaltamos os seguintes objetivos de pesquisa: analisar as implicações das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) nos cursos de licenciatura e as possibilidades de uma nova perspectiva de formação inicial docente; debater sobre os principais desafios vivenciados por professores formadores, bem como as estratégias por eles utilizadas no enfrentamento das novas demandas do seu trabalho; analisar as implicações da reforma educacional pós LDBEN na prática pedagógica dos professores de licenciaturas; investigar as relações que se modificaram entre a instituição de ensino na educação básica e a instituição formadora, após a implantação de uma nova proposta curricular. Uma das pesquisas, inclusive, apresentou uma experiência de inovação curricular realizada com discentes recém ingressos nos cursos (calouros), por meio da qual os professores procuraram dar concretude às premissas epistemológicas do paradigma emergente de construção do conhecimento.

1.2. As Abordagens teórico-metodológicas

As produções investigadas apresentam diferentes enfoques e revelam uma diversidade de aportes teóricos. Procedemos, então, ao agrupamento dos autores –

apresentados como referenciais para a realização das pesquisas –, a partir da sistematização por categoria teórica explicitada nos estudos. Dentre elas, destacamos aquelas mais relacionadas à temática da reforma curricular, conforme Quadro 01, a seguir:

QUADRO 01: Referenciais teóricos das produções científicas

Nº	CATEGORIA TEÓRICA	AUTORES CITADOS
01	Políticas públicas educacionais	Chaui (2001, 2003); Duarte e Rampinelli (2005); Dourado (1997, 2001); Hernández (1998); Gentili (1998); Kuenzer (2006); Sguissardi e Silva Jr. (2001); Veiga (2004).
02	Currículo e Reformas Curriculares	Ivor Goodson (1997); Moreira (2005); Popkewitz (1994, 1995); Tardif (2000, 2007).
03	Currículo como construção	Goodson (1995, 1997); Leite (2005, 2007); Moreira (1999, 2005, 2007); Pereira (2004, 2007); Young (2000).
04	Formação como desenvolvimento contínuo e complexo	Nóvoa (1997); Ramalho (2007); Silva (2007).
05	Concepção de professor como intelectual crítico e reflexivo	Pimenta (2002, 2008); Contreras (2002); Zeichner (2008); Popkewitz (1997); Diniz-Pereira (2008); Tardif (2007).
06	Conceito de Projeto político-pedagógico	Veiga (2000); David (2002).
07	Reforma como prática política e social, e não necessariamente como mudança	Popkewitz (1997).

Podemos perceber que, quando se tratou da discussão sobre currículo, as análises realizadas se basearam, principalmente, nas teorias crítica e pós-crítica. e que os autores mais frequentemente apresentados como referenciais teóricos foram: Goodson (1995, 1997), Nóvoa

(1992, 1995, 1997, 2008), Moreira (1997, 1999, 2005, 2007), Pimenta (2002, 2005, 2008) e Popkewitz (1994, 2005, 2007).

Campos e Sujeitos de Pesquisa

As pesquisas selecionadas foram realizadas em diferentes campos de investigação: universidades públicas (federais e estaduais); universidades privadas; faculdades privadas; e uma escola pública da educação básica⁴. Se, em relação ao campo de pesquisa, observamos uma maior frequência de estudos que se fixaram em uma única instituição, em relação aos sujeitos investigados foi a diversidade a característica prevalecente nos estudos: pró-reitores de graduação; diretores de centros universitários; chefes de departamentos; coordenadores de cursos; professores formadores integrantes de comissões de reformulação de curso; professores formadores na educação superior; professores da educação básica; alunos em curso de licenciatura (professores em formação); e egressos de licenciaturas. Algumas produções foram realizadas apenas a partir da análise de documentos. Apesar da diversidade de sujeitos, em apenas 03 trabalhos os pesquisadores não entrevistaram professores para a coleta de dados.

Procedimentos de Coleta de Dados e de Análise

Os instrumentos de coleta de dados utilizados de modo recorrente nas pesquisas foram a *pesquisa documental* e a *entrevista*. Além desses, encontramos produções em que foi realizada a *observação* e aplicado o *questionário*. Uma quantidade significativa de pesquisadores (07) afirmou ter realizado *estudo de caso*, porém não foram apresentadas as singularidades que justificassem tal procedimento.

A maior parte das dissertações e teses realizou a *análise de conteúdo*, apesar de termos verificado algumas pesquisas em que foi utilizada a *análise do discurso*. Percebemos, ainda, que, em algumas produções, a *triangulação de dados* foi um recurso importante no momento da análise dos dados.

⁴ A escola pública serviu como campo de pesquisa em apenas um estudo, realizado por Baptaglin (2010) com o objetivo de analisar a proposta de estágio curricular existente na Universidade Federal de Santa Maria e como tal estágio era vivenciado em uma instituição escolar (Educação Básica).

1.3. Os Resultados

Para analisar os resultados apresentados nas pesquisas, novamente buscamos agrupar as produções científicas de acordo com as 03 categorias elaboradas, uma vez que identificamos diversas aproximações nos estudos quando abordavam um mesmo momento do processo de reforma curricular. Na Categoria 01, as produções apresentaram em suas conclusões, essencialmente, a compreensão de que as políticas educacionais são balizadas por estratégias econômicas, entendidas como reflexo de políticas neoliberais.

Em relação às pesquisas agrupadas na Categoria 02, destacaremos alguns resultados. Os estudos revelaram que se, de um lado, é possível identificar a existência de reprodução e/ou apropriação acrítica das determinações legais advindas dos marcos regulatórios, de outro lado, a materialidade das políticas curriculares no processo de reformulação tem buscado alternativas de organização curricular que garantam identidade a cada instituição de ensino superior, de maneira que ressignifiquem os modelos de formação, apesar das determinações do discurso legal. Outro resultado evidenciado nas pesquisas consistiu em elencar alguns fatores que influenciaram a *construção social* do currículo estudado, tais como: as transformações sofridas pelas instituições, o próprio contexto político-educacional do país nas duas últimas décadas, o desenvolvimento tecnológico, os interesses dos agentes envolvidos diretamente nos processos de reforma e os discursos produzidos a partir da aprovação das diretrizes curriculares para a formação de professores.

Ainda relacionados à Categoria 02, alguns estudos evidenciaram a não existência de projetos autônomos para os cursos de Bacharelado e Licenciatura, cuja consequência pôde ser identificada na seleção por um mesmo concurso vestibular. As pesquisas concluíram ainda que o processo de reformulação curricular tem sido resultado de grandes disputas e conflitos e, como qualquer outra construção social, as modificações no currículo de cursos de formação de professores ocorrem em uma arena, em que vários interesses, conflitos, relações de poder e dominação acontecem. Os movimentos de reformas curriculares são provocados por demandas sociais, políticas, institucionais e pedagógicas contextualizadas em uma dada realidade, que tanto fundamentam as proposições de mudança, quanto possibilitam o emergir do esgotamento dos currículos, o que indica que as proposições institucionalizadas necessariamente não atendem e não representam interesses e proposições de todos os professores de um curso, pois os consensos construídos são os possíveis, e não unanimidades. Além disso, as proposições silenciadas nos projetos pedagógicos possuem a potencialidade de operar atitudes e fortalecer discursos que confrontaram o instituído.

A respeito dos resultados apresentados nas pesquisas da Categoria 03, as pesquisas denunciam que os professores, principais agentes de efetivação das propostas legais, muitas vezes desconhecem ou não participam da reforma curricular dos cursos, resultando num afastamento das intenções e na superficialidade de entendimento dos conceitos abarcados. Outro resultado que essas pesquisas apresentaram foi a constatação da existência de um distanciamento entre as falas dos interlocutores, as indicações legais e a organização dos projetos empreendidos pela instituição pesquisada, além da forma própria com que tais interlocutores conectam as indicações legais com a realidade educativa. As pesquisas revelaram que a cultura da organização, o contexto político (Reforma do Estado) e as iniciativas individuais de professores e de alunos interferem na prática escolar no que se refere à implantação das diretrizes estudadas.

Os resultados das análises implementadas nas pesquisas vinculadas à Categoria 03 evidenciaram ainda que as mudanças de perfil sócio demográfico no alunado que busca os cursos de formação têm levado os professores formadores a reconstruir seus saberes e suas práticas. Tais mudanças não têm sido incorporadas pelos projetos institucionais, ficando a cargo das iniciativas individuais dos formadores a tarefa de enfrentá-las. A implementação de reformas curriculares tem apresentado desafios de toda ordem que precisam ser enfrentados pelos envolvidos no processo. Tais desafios têm requerido a construção de uma nova identidade docente no interior dos cursos de licenciatura e nas próprias universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica no período de 2008 a 2012 permitiu-nos compreender avanços e recuos quando se tem tratado a questão da reforma curricular de cursos de formação de professores oferecidos na Educação Superior. Uma das lacunas que identificamos a partir das produções se referiu ao fato de que, apesar de explorarem muitos aspectos do fenômeno, nenhum estudo enfocou, por exemplo, as reformas na Educação Especial e na Educação do Campo.

As pesquisas revelaram que muitos são fatores a influenciar a construção dos currículos: as transformações sofridas pelas instituições, o contexto político-educacional do país, os interesses dos agentes envolvidos diretamente nos processos, entre outros. A respeito dos elaboradores de novas propostas curriculares, as produções evidenciaram diferentes posturas assumidas pelo professor formador, as quais envolvem, de um lado, a aceitação

acrítica em relação às determinações legais e, de outro lado, a disputa na defesa de suas concepções.

Tal cenário, em que ocorre a elaboração de novas propostas curriculares para os cursos de formação de professores, tem requerido a construção de uma nova identidade do docente formador. O estudo das reformas curriculares apresenta-se, portanto, como um relevante instrumento para a compreensão acerca das estratégias para formar professores, para o conhecimento sobre propostas curriculares inovadoras e para a análise de formas de gestão que propiciem uma formação de qualidade em cursos de licenciatura oferecidos nas universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**, v. 1, n. 1, pp. 41-56, ago./dez. 2009.

_____. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, v. 33, n. 3, pp. 174-181, 2010.

ANDRÉ, Marli *et al.* Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, pp. 301-309, 1999.

BAPTAGLIN, Leila Adriana. **Construindo projetos, arquitetando ideias, analisando dados**: a reforma curricular do curso de licenciatura em Artes Visuais – 2004/UFSM. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

MOROSINI, Marília Costa. **RIES** - Rede Sulbrasileira de Investigadores de Educação Superior: a consolidação da produção doméstica. Prepared for delivery at the 2007 Congress of Latin American Studies Association, Montreal, Canada September 5-8, 2007.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, pp. 109-125, dez/99.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. e ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. In: **Diálogo Educacional**. Curitiba, v.6, n.19, pp.37-50, set/dez/2006.